CONSIDERAÇÕES SOBRE A HETEROGENEIDADE DO SETOR AGRÍCOLA E SUAS IMPLICAÇÕES NO POSICIONAMENTO DOS ECONOMISTAS AGRÍCOLAS[1]

[1]Trabalho referente ao projeto SPTC 16-036/93. O autor agradece aos comentários do Prof. Tamás Szmerecsányi, do Instituto de Geociências (IG/UNICAMP), a uma versão anterior deste texto, não lhe imputando responsabilidade pelas incorreçõs interpretativas e decorrências extraídas que seguramente hão de ter. Recebido em 25/10/93. Liberado para publicação em 30/12/93.

Agricultura em São Paulo, SP, *41*(1):33-39, 1994.

Alceu de A. Veiga Filho[2]

RESUMO

Trata-se de um esforço interpretativo para, a partir da historicidade da ciência econômica, entender a interação existente entre ideologia, dominação social e aplicabilidade do aparelho conceitual/instrumentos de ação da economia no universo caracterizado pela heterogeneidade. Procura-se contextualizar essa questão através de resultados empíricos de trabalhos de pesquisa na área de economia agrícola. Em seqüência, explica-se a lógica analítica de dois autores divergentes para concluir, antes de mais nada, pela necessidade de se adotar uma postura ética como pressuposto explícito na condução de estudos. Isso é postulado através da distinção da ética em ética da convicção e ética da responsabilidade, esta última considerada como sendo a melhor proposição que um analista deve tomar.

Palavras-chaves: economia e ideologia, conflitos sociais e ética.

CONSIDERATIONS ABOUT THE HETEROGENEITY OF THE AGRICULTURAL SECTOR AND ITS IMPLICATIONS ON THE AGRICULTURAL ECONOMISTS' POSITION

SUMMARY

This essay consists of an interpretative effort to understand - from the viewpoint of historicity of the Economical Science - the existing interaction among ideology, social domination and applicability of the conceptual apparatus/action tools of the economy to the universe characterized by heterogeneity. It aims to place this issued contextually by virtue of empirical research results in the agricultural economics area. Subsequently, the analytic logic of two divergent authors is explained, to primarily conclude on the necessity to adopt an ethical approach as an explicit presupposition for the conduction of studies. This is posited through a distinction between two different kinds of ethics: the conviction ethics and the responsibility ethics, being the latter one regarded as the best proposition an analyst can embrace.

Key-words: economy and ideology, social conflicts and ethics.

1 - INTRODUÇÃO

Este texto baseia-se no argumento de que a economia, como uma ciência social, tem sua aplicabilidade fortemente induzida a tornar-se instrumento de legitimação de interesses e que o mero conhecimento disso não conduz à "verdade dos fatos". Uma alternativa que se apresenta é a de considerá-la como representativa de ações que têm custos e benefícios que devem ser avaliados e distribuídos, levando-se em conta, principalmente, a diferenciação existente no universo econômico-social, o que seguramente colocaria a necessidade de adotar-se ou ter clareza sobre um posicionamento ético socialmente conseqüente por parte dos estudiosos da realidade.

Pretende-se, com a discussão sobre essas questões, contribuir para a colocação de elementos de reflexão aos estudiosos de economia agrícola na condução de seus trabalhos de pesquisa.

Na segunda seção do texto discute-se um modelo de comportamento da natureza humana em sociedade que supomos ser a base para a existência das ideologias. Na terceira seção procura-se contextualizar alguns resultados derivados de trabalhos relativos ao setor agrícola. A quarta seção é dedicada a tecer algumas considerações finais, entendendo que as questões subjacentes ao tema são questões em aberto, porém indicativas da necessidade de posicionar-se eticamente.

[2]Economista, Pesquisador do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

2 - COMPORTAMENTO SOCIAL, IDEOLOGIA E PODER

Conforme demonstra a literatura existente, BIANCHI, 1990, o nascimento da economia política, como teoria e seu posterior desenvolvimento têm raízes e se nutre da evolução do chamado mundo ocidental, mais especificamente aquela parte do mundo composta pelos principais países europeus e contemporaneamente adicionada pelos Estados Unidos da América, tendo suas marchas e contramarchas teóricas estreitamente ligadas à conformação sócio-econômica - na falta de melhor definição - que o mundo ocidental foi adquirindo. Por exemplo, o feudalismo e os fisiocratas, o expansionismo europeu pós-Idade Média e o mercantilismo, o capitalismo e a economia política clássica e neoclássica e, inclusive, o seu contrário, a economia marxista.

Essas evidências sustentam a historicidade da ciência econômica. Em outras palavras, ajudam a explicar sua formulação e, muitas vezes, determinar seus limites. Com base nessas constatações ou, como se queira, a partir delas é que se pretende elaborar o argumento proposto, não como uma história das idéias ou análise histórica, mas que por força de ser histórica, ou seja, de ser determinada pela evolução social não está isento da ideologia e, conseqüentemente, dos conflitos sociais, estes definidos como diferenças de fundo e não desfuncionalidades.

Partimos do conceito de ideologia como sendo visões de mundo, maneiras socialmente particularizadas de entendê-lo, baseada em conjunto de valores que partilham interesses em comum. Assim, a ideologia não é apenas o conjunto de idéias, representação e interpretação das classes dominantes sobre como conduzir uma sociedade. É, também, a visão de mundo de cada uma das classes ou categorias sociais que compõem as sociedades, cada qual lutando para impor seu particular interesse, o que necessariamente desemboca em conflitos.

E porque os interesses são conflitantes? Eles o são porque a formação das sociedades e suas formas de organização, conforme demonstra a história da humanidade, fundamenta-se no poder, no domínio através do uso da força (WEBER, 1968) de um conjunto de pessoas (definidas como classes sociais, frações de classe, segmentos, categorias ou grupos sociais) sobre outras, domínio este operacionalizado pela ideologia.

Nessa concepção, o que explica a diferença de interesses é o exercício ou desejo do poder, sendo ele inerente à natureza humana. O pressuposto é que a essência mais pura, a caraterística fundamental do ser humano é o exercício da dominação sobre outros para garantir sua sobrevivência, qualquer que seja sua forma e espaço de atuação: nas relações do homem com a mulher, na família e no espaço público (sociedade).

Esse pressuposto baseia-se no seguinte raciocínio: o homem não é um ser naturalmente político. Ele é, no estado natural, governado pelas paixões e pelos instintos, o que leva a uma situação permanente de guerra e destruição. A sobrevivência, ditada pela satisfação dos instintos e paixões coloca o ser humano em luta diária contra os outros. A conseqüência lógica desse estado negativo é escolher a construção da sociedade civil e viver nela para garantir uma sobrevivência mais segura, conforme BOBBIO, 1986, descrevendo as idéias de Hobbes.

O contrato social advindo dessa escolha garantiria, através das leis e de seu cumprimento, as condições de sobrevivência e prosperidade. Essa "sociedade política substitui o estado de natureza, não o continua, nem o prolonga, nem o aperfeiçoa", conforme as palavras desse autor. Ou seja, a vida em sociedade é um "produto de um cálculo racional" para superar as paixões e instintos. A contradição é que ela não anula totalmente os instintos e paixões (por serem naturais), impondo uma convivência de contrários arbitrada pelas leis e pela maneira de interpretá-las que o jogo de forças sociais estabelece. Assim, a regra na sociedade passa a ser a transgressão das regras acordadas, ou seja, a sobrevivência continua passando pelo exercício da dominação sobre outros, sendo esse fato mascarado pela(s) ideologia(s).

Assim é que na sociedade, para melhor exercer a dominação são (foram) geradas as visões de mundo, ou as ideologias da boa sociedade, do liberalismo e, inclusive, as utopias do comunismo e socialismo porque, em qualquer delas, alguém terá de executar as ações de dominação, necessitando para isso de organizar-se para a consecução desse objetivo. Isso implica em estruturar-se hierarquicamente, ou seja, exercer o "domínio sobre" seja em nome do que for, aqui incluindo até a utopia anarquista quando propõe a substituição do poder do estado pelo da sociedade civil, organizada em termos de autogestão e que, no fundo, é também o domínio de alguém ou de alguns sobre os demais e em nome de outros.

Esse conceito de poder no sentido de imposição ou "instrumentalização da vontade", conforme LAFER (1979), por outro lado, pode ser contraposto por um outro que o considera como sendo a "formação de uma vontade comum que resulta de uma comunicação voltada para a obtenção do acordo". Esse sentido, derivado de HANNAH ARENDT, atribui ao poder a condição de (existir uma) liberdade de participação no espaço público a todos igualmente.

Entretanto, essa liberdade que remonta à participação dos cidadãos na polis grega é uma utopia, porque mesmo aí onde surgiu a democracia havia os excluídos (escravos), ou seja, se houve liberdade era apenas entre os iguais que detinham alguma parcela de domínio sobre a decisão da coisa pública.

Na nossa interpretação a decorrência desse conceito de poder é a mesma que a do conceito weberiano: para conseguir a liberdade dos iguais há que se organizar para agir em defesa de seus interesses, buscando equivalência de forças para atingir o que se pretende.

Ainda assim, a equivalência de forças é apenas uma condição necessária, não garantindo resultados se não estiver associada ao instrumento da ideologia e conseqüente convencimento dos outros para desequilibrar a balança e satisfazer um dado interesse. Nesse jogo que poderíamos denominar de "perda e ganho" o resultado da equação social é sempre um saldo a pagar, compulsoriamente aceito pelos segmentos mais fracos: o assalariado e dentro deles os não-organizados, os pequenos proprietários (comerciantes, agricultores, etc.), os setores não-oligopolizados da economia, os países menos desenvolvidos e assim por diante.

O mecanismo que garante a reprodução dessa sistemática é a desigualdade, natural ou forjada socialmente. A solução dos conflitos sempre representa perdas, que negociadas entre os iguais é repassada aos desiguais, mesmo que parcialmente. Em contraponto, pode-se argumentar que o jogo de "perda e ganho" poderia ser planejado como uma poupança, no sentido de deixar de ganhar menos no presente para todos ganharem mais no futuro, segundo a ótica paretiana, o que, a nosso ver não passa de uma racionalização ideológica para escamotear que haverá sempre uma distribuição desigual entre quem ganha e quem perde. No limite pode-se almejar que as dívidas sociais desse jogo sejam minimizadas no presente e o valor futuro do saldo credor seja corrigido e melhor distribuído, desde que a distribuição de forças entre os atores sociais seja equivalente.

3 - CONTEXTUALIZANDO RESULTADOS EMPÍRICOS

Uma forma corrente do uso da ideologia como mascaramento da desigualdade, entendida como sendo diferenciação estrutural de interesses e de reações, está em confundí-la com a questão da funcionalidade, ou seja, tudo que exerce as mesmas funções é igual e, portanto, não há diferenças mas desfuncionalidades. Ao deslocar-se os termos dos estudos dos fenômenos sociais para suas funções, desloca-se o sentido da diferença para o sentido da funcionalidade, importando em estudar como é o mecanismo dos fenômenos e onde residem os problemas/restrições que impedem um desempenho mais eficiente, antes que verificar como se estruturam e se diferenciam.

Sob outro ângulo é o mesmo que entender que se as partes são vistas como iguais, pode-se concluir que a agregação delas, que reagem da mesma maneira e sob os mesmos pressupostos, forma o todo. Assim é determinada, na ciência econômica, a curva da demanda de um bem específico e são resolvidas diversas questões inerentes como as reações dos consumidores a preços, determinação junto à curva de oferta do preço de equilíbrio, e assim por diante, derivando-se valiosos instrumentos analíticos.

Por outro lado, a agregação suposta como a soma de partes idênticas pode, muitas vezes, induzir a inferência de que o todo é uno, levando a supor que a forma de reagir de um indivíduo é a mesma do coletivo: o debate dos anos 60 sobre a reação dos agricultores a preços tipifica bem esse ponto de vista. De um lado os estruturalistas alegavam que a oferta de produtos agrícolas era inelástica a preços e decorrente da estrutura fundiária predominantemente composta de latifundiários que não maximizavam lucros e por minifundiários de subsistência não integrados ao mercado, o que levava a concluir pela necessidade da reforma agrária como meio indispensável para se conseguir desenvolver o setor e a própria economia brasileira. De outro lado se postavam aqueles que entendiam ser irrelevante a reforma agrária já que os agricultores eram racionais, ou seja, maximizavam lucro e respondiam a preços e que para obter o desenvolvimento do setor os instrumentos a acionar eram os de política de preços, crédito de custeio e

investimento, pesquisa em tecnologias alavancadoras da produtividade, educação e fomento rural, PASTORE, 1973.

A interpretação extremada dessas correntes do pensamento sobre a agricultura brasileira - que, deva-se colocar, lastreavam visões político-ideológicas de como conduzir os destinos do país - independente do desvendamento de questões chaves para o conhecimento da realidade que ambas adicionaram, levou-as a pensar essa realidade como homogênea e com um tipo único de resposta, cada qual para a direção que imaginavam corretas. Os estruturalistas a afirmar que o caminho para o progresso somente passaria pela destruição das estruturas feudais ou semifeudais do setor que impediam-no de demandar o mercado de bens de capital e de insumos modernos, de reagir a preços e aumentar a oferta de produtos e de formar mercado de trabalho, fenômenos estes suficientes realizados ao longo dos últimos trinta anos, quando vistos isentos dos efeitos adversos que provocou. Por sua vez, e em contraposição, tendeu-se a pensar a modernização da agricultura como resultado do clássico receituário recomendado para que fossem cumpridas as funções de fornecimento de produtos e de mão-de-obra aos outros setores da economia, participação na formação de capital através da extração de parte do aumento da renda proporcionada pelo aumento da produção e produtividade e geração de divisas, fosse suficiente para que, independente de questões estruturais, houvesse a transformação de todo o setor, homogeneamente. Isso, evidentemente, não ocorreu, como bem demonstra o aumento na desigualdade da distribuição de renda no setor e as mais do que evidentes disparidades tecnológicas entre regiões, produtos e produtores. A questão, portanto, é (passa a ser) admitir a existência da diferenciação e de que isso implica em aumentar o grau de complexidade das análises sobre a realidade. O ponto se desloca para entender as necessidades, reações e restrições dos subconjuntos sócio-econômicos e como eles se estruturam e interagem, ao invés de concebê-los homogêneos e funcionais (ou desfuncionais).

Na agricultura significa reconhecer a necessidade de aumentar as opções de financiamento, criando-se as condições para que possam haver, lado a lado, formas de captação e de ressarcimento de recursos as mais diversas, cada qual dirigida para públicos cujas condições sejam segmentadamente diferentes. Nesse sentido, cabem tanto o financiamento via equivalência-produto quanto os certificados de mercadoria, *warrantagem* e políticas de estoques reguladores governamentais, cooperativas de crédito e bancos estatais ofertando crédito, e assim por diante.

O importante, nesse contexto, é saber dirigir a fonte ao público correto para obter a melhor eficiência alocativa ou socialmente desejável e preferível. Desse modo é muito discutível querer generalizar como instrumento de política agrícola a equivalência-produto aos agricultores usuários do sistema de crédito oficial, dada a necessidade de um fundo de recursos para bancar as possíveis diferenças entre o financiamento obtido junto ao sistema financeiro e o saldo a pagar corrigido monetariamente, mais juros - pago compulsoriamente pela sociedade - enquanto que os benefícios do subsídio gerado poderão estar sendo apropriados da mesma maneira como foram distribuídos os financiamentos do crédito rural no passado recente, conforme verificaram GATTI; VIEIRA; SILVA, 1993, quando afirmam que "as distorções, do ponto de vista da concentração regional já apontados por vários autores para a década de 70, mantiveram-se na década de 80, com piora do perfil distributivo do crédito relativamente ao valor da produção no âmbito regional (inter e intra-regional)". Se, entretanto, pensar-se em superar o problema da ineficiência alocativa substituindo-se o crédito pela política de preços, a qual numa primeira avaliação pode ser considerada mais "democrática" pois atinge a todos os participantes, pode-se novamente cair no erro da generalização homogênea, uma vez que se, como é de fato, a cadeia de preços atinge a todos, por outro lado as reações serão diferentes pois contingenciadas pela maneira como os segmentos que compõem esse conjunto se estruturam.

CONTADOR, 1979, demonstra essa questão quando analisou a política de preços mínimos em termos de benefícios e perdas sociais, argumentando que ações governamentais de proteção ou incentivo podem afetar a distribuição de renda setorial, funcional e pessoal na medida em que, ao deslocar a curva de demanda dos fatores de produção para a direita, estaria aumentando a remuneração média daqueles cuja oferta fosse relativamente inelástica (capital, insumos modernos e mão-de-obra qualificada) em detrimento dos fatores de produção com oferta mais elástica.

Também SIQUEIRA & EDGARD, 1993, ao analisarem os resultados obtidos com o cultivo de milho híbrido comparado com o cultivo de milho variedade em uma pequena comunidade de agriculto-

res caracterizada como basicamente familiar, com parcela significativa da população trabalhando em regime de parceria, concluem que estatisticamente a opção pela semente de milho variedade conduziu a melhores resultados econômicos e que, portanto, deveria passar a ser uma referência para formulação de política agrícola, em condições semelhantes.

É interessante observar que sempre que a diferenciação é ignorada, as ações de política causam transformações aonde os beneficiários e os prejudicados são quase sempre previamente conhecidos por qualquer analista com um mínimo de lucidez, como se percebe dos trabalhos citados, embora o mero conhecimento perceptivo desse fato, por sua vez, pode levar a posturas inconseqüentes, ainda que idealistas.

Sobre este último ponto VEIGA FILHO; ASSEF; SOUZA, 1985, procuraram desvendar as igualdades produção de alimentos = pequenos produtores e produção de exportáveis = grandes produtores, sistematicamente levantada e aceita como condição *sine qua non* para compreender a realidade do setor agrícola do Brasil em termos de alterações provocadas por mudanças tecnológicas, consideradas como privilegiando estritamente a grande produção, e concluiram que para o caso da produção do café no Estado de São Paulo a igualdade não se sustentava. As evidências e conclusões a que chegaram foram as de que as tecnologias geradas pelas instituições de pesquisa estaduais, no período 1890-1985, foram adequadas à escassez de recursos, pela preponderância daquelas poupadoras de terra; que no período de consolidação do atual padrão de tecnificação, 1972-1981, não interferiram no perfil de distribuição da produção de café entre produtores, não incentivando a concentração e que não impediram sua adoção massiva por serem divisíveis. Segundo os autores "ignorar esses resultados significa esquecer-se, neste Estado, de pelo menos 16% de pequenas e médias propriedades rurais do universo de propriedades existente, se esse a esse fato associar-se a idéia de que o produto café e seus produtores não necessitam de estímulos e apoio via política...". Além do mais, aprofundando nesse tema da pequena produção/produção de alimentos, também entendida como homogênea em si mesma, GONÇALVES, 1993, demonstra que a cultura do feijão, município de Itaberá, SP, apresenta grande disparidade tecnológica, refletida na dispersão do rendimento (entre 300 e 2.600 kg/ha) e que essas diferenças estão associadas a variáveis onde o papel central é ocupado pela organização da produção, condicionada pelas estruturas de capital existentes, sugerindo que na ausência de um programa amplo de desenvolvimento a ação da pesquisa continuará sendo de baixo impacto no processo de adoção de novas tecnologias.

Assim, nessa pequena amostra de estudos citados, vê-se que a complexidade dos fenômenos e sua compreensão cobram um alto preço caso sua dinâmica não seja bem apreendida, trazendo como conseqüência privilégios aos que, pelos mais variados motivos, estejam em posição de força no sentido de melhor organizados política e economicamente.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

SCHUMPETER, 1968, na tentativa de esclarecer e separar a ciência econômica da ideologia, coloca que os "prejuízos ideológicos", entendidos como o conjunto de idéias adquiridas, percepções sobre a problemática estudada e valores culturais, podem ser superáveis, enquanto estágio pré-analítico, se se tiver clareza em fazer distinção entre investigar fatos e julgá-los moralmente. Essa questão estaria resolvida para ele, segundo nossa interpretação, desde que o instrumental analítico dos economistas tivesse uma tal evolução, suficiente para permitir essa separação, o que em sua época ele já considerava um fato. Essa concepção fundamentava-se no argumento de que a aplicação analítica do instrumental econômico levantaria cada vez mais provas objetivas às quais a ideologia não resistiria.

SROUR, 1978, permite-nos considerar essa questão a partir de outro ponto de vista quando afirma que "a obtenção do conhecimento científico parte de quatro premissas: 1) O mundo existe independente de seu conhecimento, quer dizer, quer se conheça ou não o mundo, isto não o impede de existir; 2) O mundo natural e social sofre determinações reais: a inter-relação de seus fenômenos e a lógica de sua estruturação interna produz efeitos substanciais; 3) As determinações reais podem ser conhecidas, previstas e, numa certa medida, controladas, ou seja, podem ser apropriadas cognitivamente para uma possível intervenção; e 4) O conhecimento resulta de uma produção pois, de um lado, não há apropriação sem modificação do objeto apropriado - que existe independente - e de outro lado não se trata de extrair o conhecimento como se esse estivesse escondido no real, uma vez que se assim o fosse não se teria uma transformação, mas uma

recuperação do que já estaria previamente constituído".

Esse raciocínio coloca-se em contraposição ao pensar schumpeteriano pois propõe que a interpretação da realidade é uma produção sobre ela. Em suas palavras, uma apropriação cognitiva, uma construção abstrata do real, ou seja, o próprio aparelho conceitual (ou instrumental) é uma construção da realidade que será aplicado para conhecê-la, não estando isento da visão ideológica, tal como definida no início do texto. Ambas as formas interpretativas têm argumentos absolutamente defensáveis e são, conclusivamente, não excludentes. Não há quem não possa deixar de concordar que o aperfeiçoamento analítico interagindo com o teste das provas objetivas conduz ao aprimoramento da ciência e melhora a percepção da realidade estudada; e, também, que essa construção (a aplicação do método científico) nada mais é senão que uma produção da realidade no sentido de ser uma apropriação do real pela ótica do "ver científico".

A nosso ver o que nenhum dos autores coloca é a questão ética de forma explícita, uma vez que ela é vista como pressuposto de qualquer ação do homem. Assim o fazendo partem do princípio moral como fio condutor e condição necessária para que as coisas sejam racionais.

Entretanto, se pudermos colocar essa questão de maneira explícita podemos adotar a elaboração de WEBER, 1968, que a separa em dois termos, quais sejam a ética da convicção e a ética da responsabilidade, para se ter clareza sobre inclusive a pos-tura analítica que se deve ter frente aos fatos e às teorias.

Recorrendo as suas palavras diferenciamos os dois termos como se segue: a ética da convicção está associada à crença no que se faz e a uma certa displicência com os resultados quanto aos efeitos, ou seja, está intimamente ligada ao corporativismo. Conforme este autor "o cristão cumpre seu dever e, quanto aos resultados da ação, confia em Deus. Perderá tempo quem busque mostrar, da maneira a mais persuasiva possível, a um sindicalista apegado à verdade da ética da convicção, que sua atitude não terá outro efeito senão o de fazer aumentarem as possibilidades de reação, de retardar a ascensão de sua classe e de rebaixá-la ainda mais..."

Já a ética da responsabilidade induz a entender que a responsabilidade dos atos e suas conseqüências estão estreitamente ligadas as suas formulações: "essas conseqüências são imputáveis à minha própria ação".

Em resumo, por tudo o que foi dito entendemos que as verdades científicas são transitórias, posto que reelaboradas continuamente, embora não deixem de ser representações de interesses sociais - da forma como se enxerga e se procura conduzir os destinos dos homens. A rigor, portanto, vale também para o economista agrícola a mesma pergunta que se coloca aos advogados e juristas ao iniciar o exame de qualquer questão: a quem beneficia? E, já que concluímos pela existência de perdas e ganhos no jogo social, cabe uma segunda pergunta: como torná-los transparentes?

Sugerimos em resposta, como decorrência deste ensaio, que embora os fenômenos sócio-econômicos sofram mudanças, seja por alterações no contexto político em que estão inseridos, seja por influência de outros condicionantes: a) o conhecimento sobre a dinâmica desses processos, contendo a proposição de identificar suas diferenciações, é virtual para que haja uma disposição ética e analítica socialmente conseqüente; b) por outro lado, a garantia de que haja uma distribuição mais igualitária passa pela necessidade dos segmentos sociais organizarem-se para conseguir força (política e econômica) e competir em melhores condições de igualdade.

Assim, e de forma bastante preliminar, pretendeu-se, de um lado levantar questões que possam permitir aos economistas agrícolas uma reflexão sobre seus trabalhos e conseqüentemente sobre o conteúdo ideológico que os balizam; e de outro lado levantar a necessidade de se ter clareza sobre a questão ética, mesmo porque o produto desses trabalhos na forma de geração de conhecimentos e de possibilidades de intervenção sobre a realidade, terá sempre conseqüências no sentido de introduzir benefícios e perdas à sociedade. Mesmo que, finalmente, as questões levantadas sejam mero produto superficial das inquietações do autor, espera-se que funcionem como vetor introdutório a um possível despertar de consciência, ainda que possam ser - por força dos argumentos aqui levantados - um caminho equivocado, pois a crença é de que os erros também servem de lição.

LITERATURA CITADA

BIANCHI, Ana M. Razões e paixões na pré-histó ria da economia. **Estudos Econômicos**, SP, **40** (n.esp.):151-170, 1990.

BOBBIO, Norberto. O modelo jusnaturalista. In: _____. & BOVERO, Michelangelo. **Sociedade e estado na filosofia política moderna**. São Paulo. Brasiliense, 1986. p.13-100.

CONTADOR, Claudio R. Benefícios e custos sociais da política de garantia agrícola no Brasil. In: VEIGA, Alberto coord. **Ensaios sobre política agrícola no Brasil**. São Paulo, Secretaria da Agricultura, 1979. p.163-206.

GATTI, Elcio U.; VIEIRA, José L. T. M.; SILVA, Valquiria. Análise do perfil distributivo do crédito rural no Brasil, 1969/90. **Agricultura em São Paulo**, SP, **40**(T.1): 101-118, 1993.

GONÇALVES, José S. Pesquisa agropecuária edifusão de tecnologia para produtos alimentares: o desempenho técnico da produção de feijão em Itararé, SP. **Agricultura em São Paulo**, SP, **40**(T.1):119-138, 1993.

LAFER, Celso. **HANNAH ARENDT pensamen to, persuasão e poder**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

PASTORE, Afonso C. A oferta de produtos agríco las no Brasil. In: _____. coord. **Agricultura e desenvolvimento**. Rio de Janeiro, APEC/ABCAR, 1973. p.113-149.

SCHUMPETER, Joseph. A ciência e ideolo-gia. In: _____. **ENSAYOS**. Barcelona, Oikos-tau, 1968. p.237-287.

SIQUEIRA, H.M. Barros, & EDGARD, V. Milho híbrido x milho crioulo: opções e perspectivas para os pequenos produtores da zona da mata mineira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 31. **Anais**... Brasília, SOBER, 1993. v-1.

SROUR, Robert H. **Modos de produção**: elementos da problemática. Rio de Janeiro, Graal, 1978. p.31-50. (Biblioteca de Ciências Sociais; Coleção Metodologia, 7).

VEIGA FILHO, Alceu A.; ASSEF, Luiz C.; SOU-ZA, Maria Célia M. A produção da pesquisa para a agricultura: o caso do café no Estado de São Paulo. **Agricultura em São Paulo**, SP, **32**(T.1-/2):83-106, 1985.

WEBER, Max. A política como vocação. In: ___. **Ciência e política**: duas vocações. 3. ed. - São Paulo, Cutrix, 1968. p.55-124.